

Senado aprova eleição sem o 2º turno para prefeito

Brasília — Gilberto Alves

BRASÍLIA — O Senado aprovou a regulamentação das eleições municipais previstas para novembro, mas suprimiu a possibilidade de segundo turno para escolha de prefeitos em municípios com mais de 200 mil habitantes. Os senadores derubaram também o artigo do projeto, aprovado na Câmara dos Deputados, que proibia os candidatos que sejam profissionais de rádio e televisão de participar de programas durante o período de propaganda gratuita.

O projeto voltará à Câmara, que pode rejeitar as inovações feitas pelos senadores. O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, disse que as lideranças vão reunir-se terça-feira para examinar as alterações. A votação ocorrerá até quinta-feira, quando as normas das eleições deverão ser remetidas ao presidente José Sarney para sanção. Mas a decisão final caberá à Constituinte, quando forem apreciadas emendas às Disposições Transitórias que prorrogam os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores.

Prazos — Como ocorreu no Senado, a rapidez da tramitação do projeto na Câmara dependerá de acordo entre as lideranças. “O prazo é o da lógica do processo eleitoral”, explicou o senador José Fogaça (PMDB-RS), relator do projeto. Como ficou estabelecido que 10 de julho será a data-limite para a filiação partidária de candidatos, ele acredita que até lá a lei estará sancionada.

O presidente Sarney terá prazo de 15 dias para sancionar ou vetar o projeto. Se houver veto, total ou parcial, a proposta voltará ao Congresso, que poderá manter ou revogar a decisão do presidente. “Mas é improvável que o presidente resolva arcar, sozinho, com o ônus de dificultar a eleição municipal com o veto”, argumentou Fogaça.

Um dos artigos do projeto aprovado pela Câmara previa que os profissionais de rádio e televisão que fossem candidatos ficariam proibidos de apresentar programas, ou mesmo participar deles, nos 45 dias de propaganda eleitoral gratuita. Por isso, o senador José Fogaça acredita que a supressão desse artigo — que ficou conhecido como *lei Sílvio Santos* por atingir o empresário de TV em sua pretensão de candidatar-se a prefeito de São Paulo — será derrubada pelos deputados. Ele acredita que o mesmo deverá ocorrer com a eliminação da eleição em segundo turno para prefeitos de cidades com mais de 200 mil habitantes.

Questão igualmente polêmica e que não deverá passar na Câmara, segundo avaliações de deputados e senadores, é a inclusão dos membros dos diretórios zonais de cidades com mais de 1 milhão de habitantes entre os membros das convenções que escolherão os prefeitos. No Rio de Janeiro por exemplo, os 60 diretórios zonais existentes significariam 2 mil 700 votos a mais na convenção, alterando profundamente a correlação de forças políticas. Um senador argumenta que os governadores, que em geral só trabalharam os delegados à convenção, perderiam o controle dos diretórios.

Para quem acredita que, superada a etapa da Câmara, na próxima semana, a eleição municipal estará garantida, vale observar a ponderação do senador José Fogaça: “O risco não está no Congresso, mas na Constituinte, que ainda não definiu a data das eleições municipais e poderá determinar nas Disposições Transitórias que serão em 89.”

□ O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, impetrou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a quem acusa de “omissão ilegal” durante a votação da reforma agrária, em maio. No dia da votação, vários parlamentares de esquerda denunciaram que o requerimento do Centrão, pedindo destaque para votação em separado (instrumento que obrigava a esquerda a ter 280 votos em plenário), continha assinaturas falsificadas. Brandão quer anular a votação da reforma agrária, na qual saíram vitoriosas as posições defendidas pela União Democrática Ruralista (UDR).



Ulysses: por mexer na base da pirâmide social, a eleição municipal não deve ser adiada

Líder apóia mandato tampão

A eleição em novembro de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores para um mandato de apenas dois anos, dando-lhes o direito de reeleição foi uma das principais teses discutidas ontem na Constituinte. Os autores da emenda — deputados Gilson Machado (PFL-PE) e Rosa Prata (PMDB-MG) — entraram eufóricos no gabinete do líder do PFL, deputado José Lourenço, que apoiou a proposta.

“O Brasil não é a Suíça, não pode fazer eleição todo ano e esta emenda vai possibilitar a coincidência das eleições municipais e federais em 1990”, disse Lourenço. Machado e Prata garantem que o líder do governo, deputado Carlos Sant’Anna, o líder do PDS, deputado

Amaral Netto, e o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, já estão de acordo com o texto.

José Lourenço fez questão de informar que seu apoio foi o primeiro: “Sou pioneiro na adesão”, disse. Os autores da emenda foram ainda pedir o apoio de Marco Maciel e acham que vencerão a batalha no plenário porque o projeto vai permitir eleições este ano, como deseja a esquerda. Denominada “mandato-tampão”, a proposta enfrenta a resistência de parlamentares que alegam ser a reeleição o meio mais prático de institucionalizar o uso da máquina administrativa nas campanhas políticas.

Brasília — Gilberto Alves



Prata(E), Lourenço e Machado: o tampão ganha força

Lourenço se lança para dirigir PFL

BRASÍLIA — O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), admitiu, pela primeira vez em público, que disputará a presidência do partido. Desde que o atual presidente, senador Marco Maciel (PE), passou para a oposição, Lourenço tem incentivado a lealdade incondicional ao presidente José Sarney. Se a moeda usada para calcular a força dos governistas for a votação do mandato presidencial, eles são amplamente majoritários. Apenas 15% dos 132 pefelistas ficaram com Maciel no apoio ao quatro anos.

Lourenço está disposto a conciliar com o senador pernambucano, para evitar a divisão definitiva do PFL: “Uma chapa de unidade tem o meu apoio”, afirmou, ao admitir sua candidatura. Isso quer dizer que ele só se dispõe a lutar com Maciel, se este persistir na dissidência. Consciente de sua influência no partido, — foi reeleito líder na Câmara com apoio de mais de 80% dos companheiros — José Lourenço diz que vai ser um candidato de “alto nível”, sem atacar os dissidentes. Segundo fontes, ele terá o apoio de Sarney e do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

O candidato dos dissidentes é Marco Maciel, que começou a articular seu grupo para a oposição a Lourenço desde a criação do PFL. Ele não gosta, de acordo com dois deputados de sua intimidade, do estilo brusco e direto do parlamentar da Bahia. Um dos aliados do senador garante que a composição não ocorrerá em hipótese alguma.

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, insiste em apoiar uma chapa de unidade. Ele está aguardando Maciel para uma conversa definitiva a respeito do comando partidário.

Ulysses critica adiamento

O deputado Ulysses Guimarães, no exercício da Presidência da República, fez a mais enfática defesa da realização das eleições municipais de novembro ao criticar “os democratas *sui generis* do Brasil, que têm medo de eleições”. Ele também condenou a tese do mandato-tampão mas não quis prever se a proposta poderá ser aprovada ou não: “O que é impossível hoje em dia? Na Inglaterra dizia-se que impossível é apenas transformar homem em mulher. Mas até isso já é possível”.

Como todas as vezes que assume a Presidência, Ulysses fez uma visita ao Comitê de Imprensa, onde conversou com os jornalistas. Ele destacou que se empenhará para cumprir o calendário eleitoral. “Eu entendo que as eleições, principalmente por serem municipais, pela quantidade de eleições que vamos ter na base da pirâmide social brasileira, que é o município, devem ser realizadas na data aprazada. Este será o meu esforço, meu trabalho, e estou certo que o meu partido, majoritariamente, vai acompanhar este compromisso”.

Ainda insistindo no tema, Ulysses lembrou que já foram feitas as convenções municipais dos partidos — que escolherão os candidatos a prefeito e vereador — e isso já moldou as eleições. “Há muitos democratas no Brasil que são *sui generis*, com características inéditas: têm medo de eleições, entendem que elas trazem complicações, sempre devem ser adiadas. Eu penso o contrário”.

Mudanças — Apesar de não dar importância à divisão no PMDB, Ulysses Guimarães defendeu a reciclagem do partido para enfrentar “os novos tempos, as novas conjunturas” que devem ser seguidas, segundo ele, por “novas definições partidárias”. A convenção nacional do PMDB, marcada para o dia 21 de agosto, deverá registrar estas modificações, acrescentou Ulysses.

A possibilidade de que um grupo dissidente venha a disputar a convenção nacional com nomes próprios contra o Centrão vai criar nenhum problema a

sobrevivência e unidade do partido, diz. “O consenso dá menos trabalho”, acrescentou, mas previu que, mesmo com a disputa, o PMDB sairá fortalecido. E explicou:

“Eu acredito que o PMDB será fiel às suas lutas, aos seus compromissos, às suas origens. O partido vai se ajustar à sociedade, ele tem que caminhar com a sociedade. O PMDB é o único partido do Brasil, e é o grande instrumento de modificação social do país. O desafio da nossa geração é mudar as estruturas sociais, que são muito injustas e não podem permanecer. O instrumento partidário para se fazer isso é o PMDB e essa vocação será respeitada. Sempre foi a minha luta como presidente fazer isso”.

Opção — Ulysses reafirmou que não pretende optar por nenhum dos dois lados. Ele diz que a sua opção já foi feita e “chama-se P-M-D-B”, soletrando letra por letra enfaticamente. “O que eu vou fazer, o meu desejo, é ser ponto de união, é ser hífen, é ser cimento para essa argamassa social do PMDB”. Quanto a apoiar algum dos lados em disputa, ele desconversou: “Mas que lado? A gente ainda tem que bater esta clara, bater muito esta clara até chegar à convenção”. Ao responder sobre a possibilidade de candidatar-se novamente à presidência do partido, disse que não pode ter uma posição meramente pessoal. Mas, sem querer, deu uma definição para o seu estilo de fazer política.

“Tenho que ver como as coisas caminham, para caminhar com elas”, explicou.

Ulysses previu ainda que, logo após a promulgação da Constituição, “vai se acentuar sem dúvida a sucessão presidencial”. Sobre a sua candidatura, disse que “quem deve cuidar disso são os outros não eu”. Mas acrescentou: “Você sabem que, aqui como em qualquer lugar do mundo, nomes que possam ser apontados para o cargo supremo eles evidentemente existem, não surgem meramente por conta do calendário eleitoral”.